

XIV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE
Recife 8-11 de setembro de 2009

Reciprocidade e manejo de recursos comuns no Nordeste

Eric Sabourin¹
sabourin@cirad.fr

Resumo: A comunicação analisa alternativas de reconhecimento e valorização do caráter multifuncional da agricultura no Nordeste semi-árido. Analisa as funções associadas à produção agropecuária em termos de manejo de recursos naturais e de produção de bens públicos. São práticas não mercantis de manejo de recursos naturais comuns mobilizadas pelos agricultores por meio de diversas formas de ação coletiva fundadas em relações de reciprocidade. O apoio a essas práticas, seu reconhecimento institucional ou jurídico contribuam para sua reprodução ou sua adaptação ao contexto atual. Tais dispositivos asseguram também a sustentabilidade das funções produtivas, ambientais e sociais, a permanência ou a modernização das estruturas sociais e das instituições que regulam essas práticas de reciprocidade.

Palavras chave : recursos naturais comuns, multifuncionalidade, bens públicos, dispositivos comuns, reciprocidade

Reciprocity and common resource management in the Northeast

Abstract: This paper analyses some alternatives in order to promote the multifunctionality of agriculture in Nordeste semi-arid area. It proposes to take in account other functions associated to rural production. These functions are link to no trade practises of common natural resource management or about public goods access ruled by smallholders. They depend of several type of collective action based on reciprocity relationship. Support these collective devices or recognise their juridical and institutional existence allow guaranteeing their reproduction or adaptation to a new context. It would assure also the sustainability of productive, environmental and social functions as well as the modernisation and permanency of social structures and reciprocity relation ship, which are ruling these rural practises and organisations.

Key words: multifunctionality, public goods, common resources, reciprocity, collective devices.

¹ **Eric Sabourin** é sociólogo e antropólogo, pesquisador do CIRAD (França) no Departamento Environnement et Sociétés, Unidade de Pesquisa “Ação coletiva, mercados e políticas públicas”. Atualmente, é pesquisador visitante no Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Publicou *Camponeses do Sertão* (2003), *Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais* (2007), *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade* (2009)

INTRODUÇÃO

Esse texto apresenta parte dos resultados do estudo de caso brasileiro de um projeto de pesquisa internacional realizado entre 2003 e 2005 pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento - Cirad, pelo Instituto Nacional da Pesquisa Agronômica, Inra (França), com a colaboração da Universidade Federal de Campina Grande e da Embrapa Semi-árido no caso do Brasil.

O projeto intitulado “*A multifuncionalidade da agricultura como relação entre funções mercantis e não mercantis*” tinha como objetivo, a partir de casos em vários países (Alemanha, França, Inglaterra, Brasil, Senegal, Nova Caledônia e Ilha de Mayotte), de caracterizar as práticas não mercantis associadas à agricultura. Tratava-se em particular de qualificar as ações coletivas contribuindo para dispositivos multifuncionais e os instrumentos de políticas públicas reconhecendo, explicitamente ou implicitamente o caráter multifuncional da atividade agrícola (Barthélémy, 2003, Polanyi, 2008).

A noção de multifuncionalidade nasceu publicamente no Brasil, da Declaração de Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, 3-14 de junho de 1992). A multifuncionalidade pode ser definida como o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade” (Laurent, 1999). A partir da Eco 92, a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária.

De certa maneira, o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais permitiu agregar um caráter operacional (e diversos instrumentos) às noções bastante abstratas de desenvolvimento sustentável (Mormont, 2000) ou de agricultura sustentável (Multagri, 2005; Caron et al., 2007). Pois, defender uma agricultura multifuncional leva precisamente a valorizar, a preservar, a tornar perenes as funções sociais, ambientais e até econômicas de interesse geral associadas a essa atividade. Faço a hipótese que isto supõe também garantir a reprodução ou a atualização das relações humanas, das estruturas socioeconômicas, das instituições que garantem essas funções - geralmente não mercantis - e os valores a elas associados.

Nos países europeus, a multifuncionalidade da agricultura é diretamente assimilada a retribuição, pelas políticas públicas, de funções não mercantis de interesse coletivo ou público, associadas à produção agropecuária (preservação dos recursos naturais, das paisagens, luta contra a poluição). A promoção da multifuncionalidade da agricultura na Europa está associada a uma estratégia de alocação individual e contratual de recursos públicos aos agricultores para retribuir as funções sociais e ambientais de interesse público associadas à produção (Maluf, 2002). Uma tal consideração da multifuncionalidade na sua forma restrita (retribuição de amenidades), além de ser criticada como obstáculo ao livre comércio nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), teria a tendência a multiplicar os mecanismos de protecionismo das funções mercantis da agricultura. Nos países do Sul, apesar da agricultura ser também multifuncional, o Estado raramente dispõe de recursos para remunerar ou compensar tais funções ou amenidades junto aos agricultores. Em muitos países, mesmo emergentes, como o Brasil, já faltam recursos para assegurar a segurança alimentar e o apoio à produção como ressalta Abramovay (2003).

No Brasil, o caráter multifuncional da agricultura não é contestado, mas, apesar de estudos recentes sobre o tema (Ufrj-Cpda, MDA- Nead), são ainda raros os instrumentos de uma política de multifuncionalidade (Soares, 2000). Na América Latina e nos países do Sul, a principal medida já experimentada consiste na remuneração de serviços ambientais, em particular o seqüestro de CO², por meio de subvenção para projetos florestais, agro-florestais ou silvo-agro-pastorais, como no Costa Rica, por exemplo.

Em 2003 a política agrícola dualista do Brasil foi reafirmada. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a nova direção da Embrapa colocaram o apoio agricultura familiar e a multifuncionalidade da agricultura como prioridade (Campanhola, 2003) quando o Ministério da Agricultura Pecuária e Alimentação e o Ministério de Relações Exteriores reafirmaram a linha contrária às políticas de multifuncionalidade do Grupo de Cairns. O Brasil chegou a liderar na conferência da OMC de Cancun a criação do “Grupo dos 21” dos países chamados “emergentes” (MRE, Carta de Brasília, 2003).

Não cabe aqui detalhar as razões e conseqüências dessa estratégia, mas apenas lembrar alguns fatos básicos: a proposta européia de política de multifuncionalidade, além de marginal, não é aplicável nos países do Sul. Ela continua sendo interpretada como uma forma de protecionismo inaceitável por esses países, ainda mais, depois do acordo USA-EU na rodada da OMC de 2003. Chegou-se a um paradoxo, pois, nenhuma alternativa parece aceitável fora a supressão das subvenções ou das medidas compensadoras para os agricultores nos países do Norte. Porém, a ausência de um acordo multilateral remete para acordos bilaterais (como entre USA e certos países latino-americanos ou entre EU e certos países do Grupo de Cairn) que não podem ignorar tais subvenções. Trata-se, portanto, para reiniciar o diálogo, de encontrar propostas de instrumentos de políticas públicas - entre outras de multifuncionalidade- adaptados às situações dos países do Sul.

Uma das alternativas passa pelo reconhecimento dos dispositivos coletivos dos agricultores que asseguram, geralmente, de maneira gratuita, o manejo de recursos comuns e/ou a produção de bens públicos de interesse geral. No Nordeste brasileiro, entre outras regiões, diversas práticas de gestão coletiva de recursos comuns ou públicos por agricultores permitem assegurar ao mesmo tempo funções produtivas agropecuárias e funções sociais, ambientais e econômicas de interesse coletivo.

Essas práticas são, muitas vezes, implementadas por organizações locais ou redes (grupos de agricultores, comunidades, associações, sindicatos, etc) num quadro de relação não mercantil. O objetivo específico da pesquisa conduzida na região Nordeste foi examinar em que medida existiam dispositivos e instrumentos públicos capazes de preservar ou facilitar funções não mercantis de interesse coletivo ou público (ambientais, sociais, culturais e econômicas) associadas à produção agropecuária.

O estudo concentrou-se sobre alguns casos de dispositivos locais ou tradicionais de natureza multifuncional beneficiando de um apoio ou de reconhecimento público. Existem vários exemplos:

- Os dispositivos legais e legislativos favorecendo o acesso, o manejo e o uso de recursos coletivos ou de interesse comum: água, recursos vegetais ou florestais, pastagens, etc.
- Os sistemas de ajuda mútua ou de organização favorecendo a manutenção da biodiversidade (bancos de sementes, viveiros, fundos rotativos solidários, etc).

A primeira parte do texto apresenta esses três casos. A segunda parte analisa suas características comuns e a terceira tira alguns ensinamentos e propostas no marco de uma política de desenvolvimento territorial da agricultura familiar.

1. TRÊS CASOS DE DISPOSITIVOS MULTIFUNCIONAIS DE MANEJO DE RECURSOS COMUNS

No Nordeste, os sistemas de produção da agricultura familiar e camponesa – apesar de historicamente e parcialmente integrados aos mercados - estão sendo fragilizados pela variabilidade climática e econômica, quando não por políticas públicas pouco adaptadas. Inovações institucionais procurando criar ou manejar recursos comuns são implementadas de maneira coletiva pelos agricultores, para poder garantir a viabilidade de unidades de produção familiares, tendo uma parte dos produtos destinada ao mercado.

Foram estudados três casos de manejo de recursos naturais comuns multifuncionais que, pela mobilização coletiva dos agricultores e dos seus aliados, têm sido objeto, depois de diversas formas de negociação, de um reconhecimento público do estado. Traduziu-se pela adaptação de instrumentos de política pública específicos, na escala estadual ou federal:

- Os fundos de pasto na floresta xerófila em Juazeiro, Estado da Bahia;
- O manejo da biodiversidade pelos bancos de sementes no Estado da Paraíba;
- O manejo da água e as políticas públicas em vários estados do Nordeste.

1.1. Os fundos de pasto da Bahia

No Nordeste do Estado da Bahia, pastagens comuns na caatinga (os *fundos de pasto*) puderam ser preservadas graças a um projeto da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária da Bahia nos anos 1980. Essa intervenção foi obtida por um movimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Juazeiro, apoiado pelo Bispo de Sr do Bomfim e a Comissão Pastoral da Terra (Garcez, 1987). Tratou-se de por fim a invasão ilegal (grilagem) dessas áreas comuns por meio de um programa de reconhecimento de propriedades coletivas em favor das comunidades camponesas que as manejavam tradicionalmente e sem nenhum estatuto jurídico legal. Para tanto, o projeto incentivou a criação de associações comunitárias de criadores, entidades jurídicas reconhecidas, às quais os pastos comuns indivisos, recenseados e cadastrados, foram atribuídos mediante o estabelecimento de títulos de propriedade coletiva (Tab 1 ; Sabourin et al, 1995).

Ao mesmo tempo foram legalizados os títulos de propriedade das parcelas individuais (Tab.2). Várias associações foram criadas entre 1982 e 1987. Nove delas, situadas no Distrito de Massaroca (Juazeiro-BA), foram confederadas em 1989, em uma organização supra-comunitária, o Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM). Constituída como instrumento de defesa dos interesses coletivos, o Comitê elaborou um projeto de desenvolvimento local da região de Massaroca (Sabourin, 2003). Este compreende a mobilização de recursos para a implantação de infra-estruturas, de ações de apoio à produção através da atribuição de créditos e de intervenções sociais e culturais, em particular em matéria de formação e de educação. Sete das nove comunidades do CAAM dispõem de áreas de fundo de pasto. Elas representam cerca de uma centena de hectares por família.

Tabela 1 : Áreas de fundo de pasto legalizadas em Massaroca (1999)

Comunidades	Superfície comum legalizada (em ha)
Cachoeirinha	2.336
Caldeirão do Tibério	700
Canoa	120
Cipó	1.200
Curral Novo	1.396
Lagoinha	2.241
Lagoa do Meio	2.500
Total	10.493

Fonte : pesquisa junto ao CAAM, junho/2003.

Essas áreas coletivas reconhecidas (tabelas 1 e 2) beneficiaram do estatuto de terras de reforma agrária, facilitando às associações o acesso ao crédito e às infra-estruturas hídricas. Essa iniciativa permitiu preservar importantes áreas de caatinga, manter comunidades de criadores em sistema de pastagem extensiva (Garcez, 1987).

Tabela 2: Repartição das terras em 4 comunidades da região de Massaroca em 1995

Comunidades	Fundos de Pasto (ha)	Áreas individuais legalizadas (ha) ²	Total (ha)	Situação legal	Nº de famílias
Cachoeirinha	1.336,58	811	2.150	litígio	10
Curral Novo	1.393,65	546	1.940	Tituladas	20
Cipó	1.203,65	243	1.446	Litígio	13
Lagoinha	2.246,41	847	3.095	Tituladas	27

Fonte: Instituto das Terras da Bahia (INTERBA), 1991.

O programa de demarcação dos fundos de pasto acabou com as ocupações ilegais e os conflitos. Limitou a diferenciação econômica e a exclusão social, preservando sistemas de produção baseados na pequena criação extensiva e protegeu numerosas famílias camponesas do êxodo rural (tabela 2). Mas apenas foi uma pausa. Houve um aumento da pressão sobre o recurso comum, por meio do crescimento dos rebanhos (tabela 3). Os fundos de pasto estão ameaçados de serem aproveitados de forma desigual pelas famílias com grandes rebanhos, se essas não auto-limitam o seu acesso ou o número de animais. Existe uma grande diferença entre os pequenos criadores de Massaroca (50/60 ovinos ou caprinos) e as famílias que reúnem 1000 cabeças ou mais. De fato, o modelo dos grandes rebanhos associado as grandes fazendas, continua sendo uma referência forte.

Os problemas de manejo dos recursos comuns

Em função das modificações do contexto (mercado, tecnologias, pluviometria, pressão demográfica e carga animal), os criadores de Massaroca se encontram de novo confrontados ao dilema da gestão das pastagens comuns. Além do modelo da super exploração dos comuns estudado por Hardin (1968), fica para verificar se mais uma vez as comunidades vão encontrar modalidades de regulação institucional por meio da elaboração de novas normas de compartilhamento do recurso ou de reciprocidade (Ostrom, 1998). Varias propostas foram examinadas:

- Cercar os fundos de pasto onde existem possibilidades de entrada de rebanhos ou de ocupação ilegal, ao longo da BR 120 e das grandes fazendas;
- Elaborar novas regras de uso: i) entre as famílias de uma mesma comunidade limitando o acesso dos grandes rebanhos; ii) permitindo o acesso das comunidades vizinhas sem fundo de pasto em caso de crise (seca).

Tabela 3: Estimação da evolução dos rebanhos em três comunidades

Comunidade	ovinos		caprinos		bovinos		Total UA	
	1995	2000	1995	2000	1995	2000	1995	2000
Cachoeirinha	300	2000	2700	3500	150	350	750	1450
Curral Novo	420	2500	2500	2500	60	400	660	1400
Lagoinha	500	1500	2500	4000	250	600	860	1700

Fonte: Pesquisa junto ao Comitê das Associações Agropastoris de Massaroca (1996, 2001).
1 bovino adulto = 1 Unidade Animal (UA) ; 1 pequeno ruminante = 0,2 UA.

² Geralmente, somente as terras já cercadas são legalizadas.

Um dos ensinamentos da experiência de Massaroca é a lucidez dos dirigentes das associações que perceberam há 15 anos que a preservação dos fundos de pasto, seria apenas uma etapa. Rechaçando uma exclusão forçada pela expansão da fruticultura irrigada, negociaram a aprendizagem da pequena irrigação com cata-vento, logo a adutora de água, a energia elétrica, e finalmente uma escola rural e o transporte escola, tantas inovações compartilhadas que abriram o caminho da diversificação da produção (Sabourin et al, 2001).

Hoje, trata-se de preservar essa base do sistema de pecuária, de inverter em alternativas técnicas (reservas de forragens, alimentação e seleção dos animais), diversificação (frutas irrigadas) processamento da carne ovina e caprina de qualidade: o *bode do Sertão* agro-ecológico e a pluriatividade. São algumas das condições para um novo ciclo, limitando ao mesmo tempo a saída dos mais velhos e o êxodo dos jovens (Tonneau & Silva, 2004).

1.2. Os Bancos de Sementes Comunitários no Estado da Paraíba

Os Bancos de Sementes Comunitários (BSC) da zona semi-árida cujo objetivo inicial era manter estoques de milho e feijão de um ano para outro, têm contribuído progressivamente para a conservação e recuperação de espécies locais e de cultivares adaptados aos ecossistemas e aos modos de consumo da região (Almeida e Cordeiro, 2001).

Essas iniciativas se desenvolveram a partir das práticas de ajuda mutua entre famílias. Sempre existiu um sistema de dádiva recíproca de sementes entre agricultores do semi-árido.

Um estudo da ong Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA, 1999) e os sindicatos de trabalhadores rurais (STR) da região da Borborema da Paraíba, evidenciou a má qualidade das sementes e a erosão genética das variedades de feijão e milho.

Um efeito multifuncional dos BSC é, portanto de proteger essas variedades locais apreciadas pelos consumidores da região, de contribuir a manter a biodiversidade e a segurança alimentar; mas de fato elas não conseguiam quantidades suficientes.

Os BSC negociaram por meio dos STR e da AS-PTA, um apoio do Fundo Nacional para a Biodiversidade. Mas o movimento social decisivo foi assumido por meio da Articulação semi-árido (ASA Paraíba), uma rede mista de organizações de produtores familiares e da sociedade civil que negociou junto ao governo estadual o reconhecimento público dos BSC para assegurar as funções de manejo de sementes nas regiões do Agreste e do Alto Sertão.

Os BSC obtiveram um reconhecimento oficial da Secretaria de Agricultura do Estado para que assumam o programa público de distribuição e conservação de sementes, nos municípios onde estão implantados. Isto permitiu a certas dessas estruturas informais de passarem a existir e serem reconhecidas. Puderam assim encontrar novos recursos e, sobretudo, uma legitimidade institucional para continuar a sua dupla função de segurança alimentar e de preservação e valorização das variedades locais de feijão e milho, garantindo mais biodiversidade (Almeida e Cordeiro, 2001).

Tabela 4: **Evolução dos Bancos de Sementes Comunitários na Paraíba**

Ano	Número BSC	n° Famílias	Reserva em T	n° municípios	n° Silos
1998	62	1 860	15	-	-
1999	129	3 830	66,5	-	-
2000	200	6 920	100,4	55	98
2004	220	7 145	162	55	488

Fonte, ASA-PB, 2005

Este reconhecimento se traduziu por acordos contratuais : Os BSC, lá onde existem, podem assumir a distribuição pública de sementes que vai da avaliação das necessidades à administração dos estoques e à sua redistribuição. A partir de 2002, mediante negociação da

Comissão Sementes da Articulação do Semi-Árido/Paraíba (ASA-PB), o apoio público é repartido por 50% em sementes e 50% em recursos financeiros, de forma a permitir aos BSC de pré-financiar a compra de variedades locais junto aos agricultores segundo as necessidades, no conjunto da região e não apenas no nível local. Mas que o número de BSC, foi a sua perenidade que resultou fortalecida por esse processo (tabela 4). Finalmente, uma lei do Estado da Paraíba legalizou a distribuição via os BSC, de sementes que não são obrigatoriamente certificadas por firmas especializadas. Isto representa uma fonte de satisfação e orgulho para os produtores, que até agora viam suas sementes tradicionais rejeitadas pelos órgãos oficiais como « grãos » impróprios para reprodução. Após períodos de seca, quando os BSC tinham esgotado suas reservas, eles dependiam, para plantar, de fornecimentos oficiais em variedades híbridas que, muitas vezes, chegavam tarde demais para um plantio eficiente, e além do mais davam origem a produtos que não podiam ser reproduzidos, deixando os produtores sempre dependentes de fornecimentos externos. O sistema de bancos comunitários passou a ser aplicado a outras espécies: inhames no Brejo da Paraíba, amendoim e gergelim no Curimataú, e até para um banco de esterco para a fertilização da batatinha em Lagoa Seca. Os BSC começaram também a armazenar sementes de leguminosas forrageiras (*gliricidia sepium*, *cajanus cajan*) e sementes de vegetação nativa da caatinga ameaçada, divulgando seus usos para alimentação humana e animal, bem como para remédios e fabricação de produtos sanitários (Duque e Diniz, 2003)

Por suposto, os BSC encontram dificuldades de gestão como aquelas de qualquer organização de agricultores, mas são caracterizados pela diversidade e flexibilidade dos modos de administração. Encontramos a gestão voluntária (e, às vezes, interessada) por uma só pessoa ou família, o mesmo centralismo em torno do presidente que em muitas associações ou administrações municipais. Existem BSC que levaram até a criação de associações comunitárias (Lagoa do Gravata em Lagoa Seca, Serra dos Matos em Remígio) ou que permitiram de tocar agricultores excluídos de outros tipos de inovação. Porém, a avaliação dos BSC mostra uma falta de contabilidade e de controle entre comunidades, poderes públicos e intermediários (sindicatos ou ONG) (Sidersky *et al*, 2004). A ausência de um contrato formal, segundo os produtores não impede a reprodução do dispositivo, de acordo com o princípio de extensão e generalização da reciprocidade. Mas tampouco impede os abusos, os pequenos desvios privados, quando falta esse controle social ou público.

Essa experiência teve um impacto sobre a legislação federal de certificação de sementes e sobre a Lei de Cultivares que regula os testes e o registro de novas variedades (Almeida *et al*, 2002). Um debate está aberto em torno da experimentação : Como multiplicar variedades locais por meio dos BSC ? Como usar os recursos públicos e com que tipo de articulação entre ação do estado e ação coletiva da sociedade civil. Um primeiro passo consiste num acordo de cooperação entre a pesquisa regional e os BSC por meio dos agricultores experimentadores reconhecidos como agentes de produção de sementes, como por exemplo, com variedades de algodão da Embrapa Algodão adaptadas para o cultivo agro-ecológico.

1.3. Os reservatórios comuns de água

No conjunto da região semi-árida, a construção e a manutenção de reservatórios de água está assegurada por diversas formas de cooperação e de ação coletiva a partir de prestações de trabalho gratuitas dos usuários (ajuda mútua ou *mutirão*).

Os açudes e outros reservatórios de água comunitários estão geralmente destinados a uma função produtiva: abastecimento dos rebanhos, irrigação de hortas, irrigação de salvação ou de cultivos de vazante (Molle, 1991).

Esses reservatórios têm também uma função social: abastecimento doméstico em água e segurança alimentar. Sua multiplicação libera tempo de trabalho das mulheres e dos jovens que devem transportar água potável e levar os animais para beber. Finalmente, asseguram

uma função econômica não agrícola: renda e emprego na pesca e na piscicultura, possibilidade de turismo nas grandes barragens.

O Nordeste conta com vários séculos de experiência de articulação entre ação coletiva e políticas públicas em matéria de obras hidráulicas de uso múltiplo e multifuncional, em particular com os açudes comunitários construídos em regime de cooperação (Molle, 1991). Mas somente os últimos anos vieram a participação dos camponeses e trabalhadores rurais reconhecida (Duque, 1995). Os instrumentos de apoio à construção e manutenção de reservatórios são diversos e complexos (Molle, 1991, Sabourin *et al.*, 2002). São, também objeto de diversas formas de tensão, ligadas a falta de respeito das regras de uso ou de distribuição da água. Foi, particularmente o caso da privatização pelos proprietários das áreas onde foram construídos açudes comunitários em regime de cooperação (terra do fazendeiro, financiamento pelo estado e mão de obra da população local).

A organização da manutenção dos reservatórios de água era antes regida pelo patriarca ou pela assembleia da comunidade, mediante ajuda mútua mobilizando o conjunto das famílias. Com a distribuição clientelista das cisternas, poços e barragens comunitários, o rigor e a motivação para esses trabalhos foram se reduzindo ou sendo objeto de discussão. O estatuto dessas infra-estruturas coletivas é, de fato, ambíguo tanto em termos de direitos de uso como de responsabilidades. Conflitos e negociações em torno da sua manutenção apareceram entre os usuários, mas, sobretudo, entre as comunidades rurais e os poderes públicos. Segundo as comunidades o estado deveria assumir a manutenção e o funcionamento de equipamentos coletivos construídos para o uso público, e geralmente antes de uma eleição.

De fato, esse tipo de infra-estrutura passaria do estado de bem comum para aquele de bem público (Ostrom e Ostrom, 1988). Mas os estado considera geralmente que são bens comunitários, frutos da cooperação entre agricultores e a sua administração, cuja manutenção é da responsabilidade da população local.

Porém e apesar dessas limitações a multiplicação de reservatórios (açudes, tanques, cisternas) públicos, privados e comunitários no nordeste semi-árido, em particular a partir dos anos 70, mediante esforços de projetos especiais coordenados pela SUDENE (Polonordeste, Sertanejo, PAPP-Programa de apoio a pequeno produtor rural, e Áridas) conseguiu reverter as consequências das recorrentes secas, por meio de uma política de convivência com o semi-árido. A multiplicação de pequenos reservatórios multifuncionais na escala local, com a participação e o manejo dos usuários foi considerada a melhor resposta para um acesso autônomo e descentralizado a uma água de qualidade. Essa política teve maiores impactos que a estratégia anterior herdada do Império, de centralização da água em grandes barragens, que apenas foram aproveitados para abastecer cidades e áreas de irrigação para empresários (Molle, 1991). O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco padece dos mesmos traços e vícios. Outro projeto defendido pelo governo federal apresenta uma estratégia completamente oposta: trata-se do programa de construção de cisternas.

A construção de cisternas no Estado da Paraíba

As cisternas de captação e armazenamento das águas de chuva a partir dos telhados, tradicionalmente construídas em tijolos ou em concreto, existem desde o século XIX.

Desde uns quinze anos, várias organizações de produtores apoiadas por ONG's e paroquiais estão difundindo cisternas para armazenamento das águas de chuva na região semi-árida. Trata-se de um sistema econômico (uns 800 reais para 15 a 20 m³), de cisternas cilíndricas e semi-enterradas feitas de placas finas de cimento pré-moldado (Sabourin *et al.*, 2002). A divulgação desse modelo foi acompanhada, em várias regiões, notadamente em todo o Estado da Paraíba, de diversas formas de crédito rotativo com caução solidária que vão do autofinanciamento total (tipo consórcio) ao reembolso parcial ou total do custo do material, a cisterna sendo geralmente construída pelos próprios produtores em sistema de mutirão, com pré-financiamento realizado com recursos externos e administrados internamente. Essas medidas de crédito e de autofinanciamento parcial têm um forte valor simbólico. Além dos argumentos em termos de autonomia, independência e responsabilização dos atores locais,

elas oferecem uma alternativa ao clientelismo dos políticos locais que preferem distribuir gratuitamente poços, bombas e cisternas (ou água suja por caminhões pipa) para conseguirem benefícios eleitorais imediatos, sem se preocupar depois da manutenção desses equipamentos (Diniz, 2002; Duque e Cirne, 2001).

Desde 2002, a Articulação no Semi-Árido-Brasil/ASA-Brasil (federação das Articulações do Semi-Árido dos diversos Estados do Nordeste) negociou e obteve do Estado Federal um amplo programa de apoio às iniciativas de construção desse tipo de cisternas: o « *Programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas/P1MC* » administrado por Unidades de Gestão da própria ASA em cada Estado (Quadro 1). Isto não deixou de provocar protestos de certos executivos regionais. Na Paraíba toda o P1MC é financiado pelo sistema dos « Fundos Rotativos Solidários » .

Quadro 1: Indicadores de construção de cisternas com fundos rotativos na Paraíba

Comunidade de Caiçara (Soledade-PB)

11 cisternas em 2 anos (uma só financiada na origem)

Comunidade de Gamaleira (Massaranduba-PB)

91 cisternas em 3 anos (10 + 15 = 25 financiadas)

Pólo Sindical da Borborema

- Municípios de Remigio, Solânea, Lagoa Seca e Massaranduba

228 cisternas entre 1998 e 2000

328 em 2001

- Município de Esperança : 178 cisternas entre 1998 e 2001

Fundos rotativos no Estado da Paraíba (2005)

- 20 000 famílias

- 1 800 comunidades

- 140 municípios

2- DISPOSITIVOS MULTIFUNCIONAIS ARTICULANDO INTERCÂMBIO E RECIPROCIDADE

Nos três casos de dispositivos coletivos ou institucionais estudados (Mormont, 1996), encontramos seis traços comuns:

- i) são inicialmente implementados por grupos de agricultores para assegurar produções agropecuárias familiares destinadas ao uso doméstico e a o mercado;
- ii) asseguram também outras funções não remuneradas : preservação da biodiversidade, manejo da caatinga, segurança alimentar, abastecimento em água doméstica, saúde pública;
- iii) funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas (ajuda mútua, mutirão, redistribuição) fundadas ou regidas por regras de reciprocidade associadas a uma identidade coletiva comunitária ou de origem camponesa;
- iv) as atividades mercantis e não mercantis estão interligadas e articuladas tanto no marco da produção agropecuária como naquele da multifuncionalidade: o manejo ou a produção de bens comuns;
- v) articulam vários níveis de organização, da unidade familiar ate ao território;
- vi) são objeto de tensões entre as lógicas familiares e comunitárias e as lógicas de desenvolvimento do intercâmbio capitalista, apoiado pelas políticas públicas;

2.1. Dispositivos coletivos e multifuncionais de apoio à produção familiar

Os dispositivos implementados pelos agricultores são necessários, até indispensáveis para a função de produção e a sobrevivência das unidades familiares, pelo menos no caso dos fundos de pasto em Massaroca ou dos pequenos açudes.

Os bancos de sementes e as cisternas de água associam um apoio à produção (para o plantio de grãos e para regar as hortas) e uma segurança em termos de alimentação de base (milho, feijão, raízes) e em água potável;

i) Dispositivos multifuncionais : Além do apoio à produção, o manejo dos fundos de pasto contribui para preservar áreas importantes de floresta xerófila (caatinga), ricas em biodiversidade e a manter a reprodutibilidade desse recurso para as gerações futuras, assim como um modo de vida peculiar em torno da caprinocultura extensiva (Garcez, 1987).

Os bancos de sementes contribuem para a preservação da biodiversidade local e para a segurança alimentar. A coleta das chuvas nas cisternas garante uma água de melhor qualidade sanitária que os açudes, protegendo a saúde pública.

ii) Dispositivos de ajuda mútua fundados na reciprocidade : Os três casos estudados se apoiam sobre práticas anteriores de ajuda mútua (trabalho, sementes), de manejo compartilhado de recursos comuns (pastagens e água) e de redistribuição local da produção (grãos, pequenos animais). Essas práticas eram antes garantidas pelo respeito das regras de reciprocidade ou de redistribuição de origem camponesa (Mendras, 1976 ; Polanyi, 1944, Ellis, 1988), impostas pela pressão social e pela autoridade dos mais velhos (Sabourin, 2000, 2001a). De fato, o caso dos fundos de pasto mostra o sucesso de uma adaptação das regras de reciprocidade camponesa numa estrutura institucional moderna e formalizada juridicamente : a associação de produtores.

Mas as regras de reciprocidade nunca estão definitivamente estabilizadas e sua reprodução está sendo comprometida pelo domínio cada vez maior do intercâmbio sobre as relações sociais. Essas experiências foram socialmente e historicamente construídas e dependem de processos de aprendizagem institucional das regras (Ostrom, 1998) e das lógicas na interface entre o local e o global, o mundo da reciprocidade e aquele do intercâmbio capitalista (Douglas, 2004).

As bases iniciais correspondem às práticas de reciprocidade de comunidades camponesas desejando manter seus valores e adotar mudanças, de se desenvolver. As dificuldades estão ligadas à confusão sobre a natureza das regras e práticas, porque falta uma diferenciação, uma interface de sistema, entre o princípio da reciprocidade e aquele do intercâmbio capitalista.

A reprodução dos processos de reciprocidade depende de estruturas e de relações sociais sempre ameaçadas ou questionadas. Sua atualização dentro de formas de organização que são de natureza essencialmente produtiva (cooperativas, associações) não facilita a criação da interface e dá lugar a tensões entre valores e a conflitos de interesse (Temple, 1998 ; Sabourin, 2005).

2.2. Articulação entre intercâmbio mercantil e reciprocidade

Características dos mercados e das atividades mercantis

As unidades familiares estão articuladas com várias formas de mercados, e isto, às vezes de maneira parcial e irregular, segundo a definição da economia camponesa (Chayanov, 1990) e da agricultura familiar camponesa (Ellis, 1988)

As unidades participam de mercados locais ou de proximidade, geralmente feiras do produtor situadas nas sedes dos municípios. Elas estão historicamente em relação com o mercado capitalista nacional e mundial de produtos agropecuários (fumo, algodão, sisal, mamona, erva doce, etc) por meio de diversas categorias de intermediários locais ou regionais. Porém, uma

parte importante das relações econômicas entre os indivíduos, as famílias e os grupos, passa por práticas e regras que não correspondem do princípio do intercâmbio mercantil.

A lógica de identificação econômica e social passa por relações e práticas que dependem do pertencimento a comunidade, a organização ou ao grupo local. A maioria dessas relações de identificação não tem a ver com o intercâmbio, mas com a reciprocidade.

A reciprocidade é aqui considerada como a matriz de relações humanas gerando um princípio econômico diferente do intercâmbio, identificado por Polanyi (1944). Temple (2004) prolongando os trabalhos de Mauss (1924) e de Lévi-Strauss (1950) define o princípio de reciprocidade, como um redobramento da ação ou da prestação motivado pelo interesse pelo outro, pelo coletivo, como sentido da sua própria existência na humanidade. Temple vê na reciprocidade um princípio antagônico daquele do intercâmbio: *A operação de intercâmbio corresponde à uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos*». (Temple, 2004).

As prestações de dádiva (ou de vingança) correspondem ao “*fato social total*” de Mauss (1924), na medida em que as relações de reciprocidade engajam o ser humano (indivíduo ou grupo) na sua totalidade, tanto do ponto de vista social como econômico. É neste sentido que Temple (1998) identifica e associa a produção de valores humanos as estruturas de reciprocidade.

A diferença entre a análise de Polanyi e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposto por Temple reside na origem dos valores humanos ou éticos que orientam as prestações. Polanyi e certos autores que se reclamam dele, como North (1977) e Ostrom (1994) inserem os valores éticos no domínio da competência privada, ou nos fatos culturais que não tem nada a ver - ou muito pouco - com a economia. Para Temple, as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas, produzem valores de uso e valores humanos: a amizade entre próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça e a equidade nos modos de redistribuição.

Existe, portanto, um movimento dialético entre a abstração econômica pelo intercâmbio mercantil e a identificação econômica e social pelas estruturas de reciprocidade.

Intercâmbio e reciprocidade. Constituem assim dois modelos teóricos, correspondem a dois princípios econômicos que coexistem na maioria das sociedades rurais, gerando ou complementaridade ou, mais frequentemente, tensões e contradições.

O sistema de livre câmbio conduz ao desenvolvimento da concorrência para a acumulação privada de valores e bens materiais; sua alienação corresponde a exploração do homem pelo homem, segundo a crítica marxista do capitalismo. Ultimamente, foi evidenciado como a generalização desse sistema produz exclusão econômica e a destruição dos laços sociais.

Como não dispomos de instrumentos ou de referências para analisar como restabelecer ou criar o laço social, é preciso estudar as relações e estruturas de reciprocidade onde elas se mantiveram, para examinar, por exemplo, que tipo de relação produz que tipo de valor.

Dispositivos multifuncionais articulando vários níveis

Ao nível das unidades familiares e dos territórios locais : O caráter multifuncional dos dispositivos coletivos estudados no Nordeste não pode ser considerado apenas na escala da unidade de produção mesmo e eles contribuem para os sistemas de produção de cada uma das famílias envolvidas. Apesar de essenciais para a função de produção das famílias, esses dispositivos só têm existência e resultados pelo seu caráter coletivo. O manejo dos fundos de pasto funciona na escala da comunidade. Os sistemas de construção e financiamento dos açudes e cisterna são associativos ou comunitários. Os bancos de sementes reúnem agricultores de várias famílias ou de várias comunidades vizinhas. Esses dispositivos remetam a escalas territoriais mais amplas que a unidade familiar : a comunidade (crédito solidário e associação), a federação de comunidades (fundos de pasto), o território (biodiversidade), bacia hidrográfica (açudes) ou o município (sindicato e prefeitura).

Ao nível das organizações

De fato, as regras ancestrais de reciprocidade camponesa, em particular aquelas estabelecidas essencialmente em torno do compartilhamento e da redistribuição de fatores de produção (trabalho, técnicas) e de recursos comuns (terra, água), não respondem mais ao conjunto das exigências da atividade agropecuária e, sobretudo, as condições colocadas pela intervenção dos poderes públicos. Evoluções e adaptações são necessárias. As comunidades camponesas têm recorrido, portanto, à novas formas de organização, impostas ou propostas pelos poderes públicos ou pelos agentes externos (igrejas, ONG) para assumir novas funções: sindicatos na escala municipal, associações de produtores na escala da comunidade.

A própria integração ao mercado e à sociedade nacional (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) tem levado as comunidades rurais nordestinas a dotar-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de troca monetária, sem abandonar as práticas da reciprocidade camponesa e os valores que produzem.

O estatuto das associações de produtores permitiu a preservação dos fundos de pasto e aos bancos de sementes de receber apoio público. Sem estatuto, os fundos rotativos de construção de cisternas têm mais dificuldade para institucionalizar suas práticas e transações. Porém, mesmo trazendo soluções, essas formas de organização profissional trazem novos problemas, porque não respeitam as regras de reciprocidade, sendo formatadas segundo o princípio da troca.

Essas novas organizações são, geralmente, destinadas a manejar a interface entre o mundo doméstico local (as famílias, a comunidade) e a sociedade externa: o mercado, a administração, a cidade. Às vezes, a mudança de sistema de organização leva a uma confusão em termos de valores, entre regras de reciprocidade e concorrência pelo intercâmbio.

Por outra parte, as comunidades e as suas organizações de base não têm o poder de negociar diretamente apoios públicos. Nos três casos, passaram pelo apoio de movimentos sociais híbridos mais amplos. Nos anos 1980-1985 foi via uma aliança entre a Igreja Católica (CPT) e os sindicatos de trabalhadores rurais que negociou com o Governo Waldir Pires, o projeto “fundo de pasto” (Sabourin et al., 1995). No caso dos bancos de sementes e das cisternas na Paraíba, foi a Articulação Semi-Árido Paraíba, um fórum regional híbrido que assegurou a negociação com a Secretaria de agricultura e com o governo federal, criando a ASA Brasil, para negociar e manejar o Programa PMC 1 (Diniz, 2002).

As tensões com as políticas públicas

A institucionalização desses dispositivos por meio de organizações profissionais permite, de fato, o seu reconhecimento público, e, logicamente facilita o acesso a apoios e recursos.

Mas esses recursos dependem também dependência do Estado, e do mercado de intercâmbio.

Em termos de política pública, facilitar ou assegurar o funcionamento e a reprodução desses dispositivos coletivos apresenta diversas vantagens de ambos lados. Para o Estado, além das economias em termos de custo e de gestão dos bens comuns ou públicos, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegar serviços mediante uma política pública baseada em relações contratuais. Para as organizações camponesas, todo apoio é bem-vindo para fortalecer suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma.

Após alguns anos de acompanhamentos desses dispositivos, constatam-se tensões devidas à rupturas e descontinuidades dos programas públicos, às diferenças de ritmo e de prioridade econômica ou social em termos de investimento entre os formuladores das políticas públicas e as organizações rurais, mas também, a falta de compromisso ou de competências dos serviços técnicos públicos ou das empresas privadas contratadas.

Sempre existe o risco de manipulação pelos poderes políticos locais, por vieses assistencialistas ou clientelistas. Pode ser também pelos interesses dos consultores técnicos remunerados por produto ou pela porcentagem do montante dos empréstimos negociados

entre o banco e o agricultor (Duque & Cirne, 2001).

Observam-se, no seio desses dispositivos fenômenos de aprendizagem de regras (contratos, gestão, mercados e formação dos preços, etc) que contribuem para o fortalecimento das capacidades das organizações e a sua autonomia progressiva das tutelas. Mesmo se essas iniciativas tem reduzido os processos de diferenciação entre produtores, abrindo o acesso a todos os membros das associações, certos agricultores sempre se aproveitam mais das inovações e dos serviços, geralmente as famílias que dispõem de mais recursos em terra e mão de obra (aposentadorias, salários de certos membros) (Duque *et al*, 2004).

Do lado das organizações, aparece muitas vezes a reprodução das mesmas práticas clientelistas e paternalistas da oligarquia política. A aprendizagem da base é ainda lenta e irregular, insuficiente para garantir uma crítica e um controle social (Sidersky *et al*, 2004).

A participação entre governo e população local não se dá por decreto. As organizações da sociedade civil que tentam manter um apoio a esse tipo de dispositivo multifuncional no Estado da Paraíba, encontram-se desestabilizadas ou se sentem mal entendidas por agências do governo que tentam chegar aos resultados em função de prazos eleitorais ou de uma programação tecnocrática, e não em função das necessidades e realidades locais.

Por exemplo, existem tensões entre a Articulação do Semi-Árido/Paraíba e o governo quanto ao ritmo do programa de construção de cisternas. Assim, o governo exige prazos extremamente limitados entre a liberação dos recursos e a prestação de contas, prazos que, segundo a ASA/PB, não são compatíveis com o trabalho educativo que caracteriza o programa nesse Estado, onde houve uma decisão coletiva de realizar o programa organizando grupos que administram os recursos pelo sistema dos Fundos Solidários Rotativos (Duque e Oliveira 2003). Além do mais, para a aprendizagem de todo o processo de construção das cisternas e de manejo dos fundos rotativos, prazos apertados não permitem o trabalho necessário de mobilização, conscientização e capacitação.

Por outro lado, a possibilidade do governo repassar recursos às prefeituras para realização de uma parte do programa, isto num ano eleitoral e a dois anos de eleições gerais, causou grande preocupação. Para a sociedade civil paraibana, a distribuição gratuita de cisternas construídas por firmas privadas com altos custos, representa uma verdadeira regressão: i) o fim dos programas de capacitação para autoconstrução, ii) o risco dos beneficiários deixarem de se sentir responsáveis e iii) a volta do clientelismo político.

3. ENSINAMENTOS E PERSPECTIVAS

Os dispositivos estudados são privilegiados porque conseguiram obter reconhecimento e apoio público; mas não são isolados. Porém, muitas iniciativas comparáveis necessitam um apoio externo e a aquisição de competências para se perenizar. Por outra parte, a multiplicação e a consolidação de dispositivos do mesmo tipo, fora dos casos de manejo de recursos naturais comuns, em particular em termos de inovação, capacitação e aprendizagem oferece uma verdadeira perspectiva de renovação dos instrumentos de políticas de desenvolvimento rural sustentável apoiando-se sobre dinâmicas territoriais e o reconhecimento da multifuncionalidade (e da pluriatividade) da agricultura.

3.1. Perenizar os dispositivos e adquirir competências

Apoios públicos negociados e contratuais aparecem essenciais, a começar pela ajuda a adquirir estatutos jurídicos adaptados. Esses dispositivos são, de fato, ainda mais frágeis quando informais. O reconhecimento público e a institucionalização desses dispositivos permitem assegurar uma visibilidade e, sobretudo, o acesso a apoios que podem contribuir para a sua manutenção e reprodução. Mas esse apoio externo a esses dispositivos coloca novas questões, como a da retribuição dos seus promotores e animadores que assumem essas funções gratuitamente. São ao mesmo tempo usuários e beneficiários, mas, antes de tudo são agricultores que devem assegurar a produção e a reprodução das suas unidades familiares.

Essa hibridação entre privado, público e coletivo, fonte de confusão, constitui um problema mal resolvido, mesmo se generalizado na sociedade brasileira (Sidersky *et al*, 2004).

Por outra parte, a negociação de projetos entre os agricultores, os poderes públicos e as agências financeiras continua marcada pela assimetria de informação, de competências e, portanto, de poder de decisão.

Ações adaptadas de capacitação de dirigentes camponeses (em particular de jovens) « in loco », pela prática e ou em regime de alternância constituem uma alternativa para reduzir progressivamente essa diferenciação. Permitem promover recursos humanos locais e limitar a sua dependência dos aparelhos dos movimentos sociais mais organizados como das tutelas tradicionais : políticos locais, igrejas, ong's e serviços públicos.

Experiências de produção de conhecimento de inovação e de aprendizagem coletiva como a rede de agricultores experimentadores do Agreste, mantido pelo Pólo Sindical da Borborema, ou como a Universidade Camponesa no Cariri, no Estado da Paraíba permitem de sistematizar e socializar conhecimentos numa linguagem e com suportes adaptados aos agricultores e agentes rurais.

Essas experiências mostram também, que este tipo de dispositivo coletivo ou institucional não se limita apenas a casos de manejo de recursos naturais comuns.

Um modelo em expansão: Em face da falta de presença estruturante do Estado na zona semi-árida ou ao seu desengajamento de certas funções de regulação e de redistribuição, associadas a privatização de serviços públicos, as comunidades rurais tentam reconstruir dispositivos alternativos. Assiste-se a multiplicação de iniciativas locais de acesso e manejo de recursos ou de produção de bens públicos locais : informação (fóruns, sindicatos e pólos sindicais), inovação (grupos e redes de agricultores experimentadores), financiamento (cooperativas de crédito), saber e saber fazer (Universidade camponesa, casas e escolas famílias rurais). Os agricultores ou as suas organizações passam a assegurar, assim, em nível local ou regional, mediante esses dispositivos, funções de interesse geral de pesquisa, experimentação, extensão, capacitação, de maneira gratuita, e, geralmente sem apoio público.

3.2. Renovação dos instrumentos de desenvolvimento territorial pelo reconhecimento da multifuncionalidade

Uma alternativa em termos de política pública de desenvolvimento territorial sustentável consistiria em facilitar, assegurar ou apoiar, o funcionamento, a reprodução ou a adaptação, em outra palavra a sustentabilidade ou a perenidade desses dispositivos coletivos de interesse geral. Poderia considerar o conjunto das medidas de reconhecimento (jurídico, institucional, territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional ou financeiro) permitindo assegurar o funcionamento de tais dispositivos que beneficiam ao mesmo tempo a produção agropecuária e à funções ambientais, sociais, culturais ou econômicas.

Essas funções estão sendo assumidas pelos agricultores em parte por necessidade. Mas, ao mesmo tempo, dependem de estruturas e regras sociais de proximidade e de reciprocidade construídas ou re-adaptadas em função das situações. Recuperar essas funções não significa retornar no passado, mas contribuir para preservar e modernizar essas estruturas econômicas de reciprocidade e de redistribuição e os valores humanos que elas produzem.

A manutenção e a reprodução desses valores humanos passa pelo reconhecimento da identidade, do saber fazer dos atores locais, camponeses, agricultores, pescadores ou artesões. O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) implementado desde 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no Brasil já esboça tal estratégia.

“A abordagem territorial deve criar as condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de seu futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e limitações e dos meios para perseguir seu próprio projeto de desenvolvimento sustentável. Deve considerar a interação entre os

sistemas socioculturais e os sistemas ecológicos, a integração produtiva e a valorização competitiva dos recursos que permitam a cooperação e a co-responsabilidade dos atores sociais; trata-se de mobilizar os valores de equidade, de respeito da diversidade, da solidariedade, da justiça e da inclusão social. Esses valores dependem do reconhecimento da multifuncionalidade das dimensões que contribuem ao futuro de um território: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político institucional e dimensão ambiental” (Brasil, MDA-SDT, 2005)

Uma tal estratégia de desenvolvimento territorial sustentável a partir de dispositivos coletivos de natureza não mercantil ou fundados na reciprocidade, apresenta várias vantagens:

Primeiro seu custo seria reduzido em termos de recursos públicos, já que se trata principalmente de apoiar práticas multifuncionais existentes.

Segundo permitiria evitar o desaparecimento dessas práticas multifuncionais não mercantis, preservando as estruturas econômicas de compartilhamento, de ajuda mutua ou de redistribuição que as asseguram e os valores de amizade, confiança, responsabilidade ou justiça que produzem;

Diversas modalidades de apoio são possíveis, desde a atribuição de um estatuto jurídico, de equipamentos ou infra-estruturas, até a capacitação, ou a atribuição de subsídios condicionados: contratos, prestações de serviços, etc.

Nos casos estudados no Nordeste, o apoio público não se transforma, ou muito raramente em remuneração individual aos agricultores dos serviços que eles continuam assegurando gratuitamente. A ajuda financeira se existe, é atribuída ao dispositivo ou à estrutura coletiva que vê a sua manutenção confortada.

Ao contrario, um instrumento de política de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura fundado na remuneração individual, das amenidades tende a monetarizar e a mercantilizar prestações gratuitas que, por outra parte, garantem a produção de valores universais (Barthélémy e Nieddu, 2002). A mudança da natureza gratuita e voluntária dessas prestações pode ao contrario acelerar o fim das funções que asseguram (em particular em caso de ruptura da remuneração) ou simplesmente conduzir a uma desagregação ainda mais rápida das estruturas de reciprocidade, mudando as regras e os valores.

Tal alternativa de política pública poderia ser estendida ou aplicada a outros exemplos de práticas camponesas não mercantis e multifuncionais dos agricultores evocadas anteriormente, inclusive na Europa, onde seria, talvez uma modalidade mais justa e mais fácil de justificar e reproduzir que o pagamento individual do agricultor por serviços ambientais, que ele, geralmente, já vinha assegurando antes, de maneira gratuita, ou no interesse da sua produção agrícola ou da manutenção do seu patrimônio familiar (manutenção das cercas vivas, das áreas de beira rio e dos bosques, uso reduzido de pesticidas e adubos químicos, etc) (Sabourin e Coudel, 2004).

Por outra parte, este tipo de política de multifuncionalidade tem a vantagem de ser aplicável também pelos países em desenvolvimento que não dispõem de recursos públicos para remunerar essas funções ao nível de cada agricultor. Pois até hoje, as políticas públicas elaboradas a partir da noção de multifuncionalidade da agricultura, foram essencialmente promovidas por países da Europa para defender os seus interesses.

CONCLUSÕES

O estudo da multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais, realizado no Nordeste semi-árido foi focalizado na criação e modernização de dispositivos coletivos de apropriação e de repartição coletiva de recursos (ou meios de produção), necessários para a produção agropecuária, assimilados a bens comuns ou a bens públicos locais. Os exemplos analisados mostram como a alocação de meios de produção pode seguir vias não mercantis, mesmo se a produção for realizada de maneira familiar e individual e destinada a venda nos mercados.

Esses elementos levam a abrir matrizes de análise geralmente estanques, mostrando como a relação entre intercâmbio mercantil e reciprocidade tem a ver com a organização global da família, da comunidade ou do território assim como a realização do produto e a sua eventual comercialização.

Nos casos estudados, a multifuncionalidade e o caráter não mercantil desses dispositivos coletivos estão assegurados por regras de reciprocidade de origem camponesa ou cívica (responsabilidade cidadã). A atualização dessas regras nas formas de organização de natureza produtivista e fundadas no desenvolvimento os intercâmbio mercantil (associações de produtores e cooperativas) dá lugar, às vezes, a tensões ou conflitos de interesses..

Segundo a pressão do sistema de intercâmbio capitalista, essas práticas de reciprocidade funcionam em complementaridade ou em contradição com as práticas de intercâmbio.

Complementaridade no caso dos sistemas de agricultura de tipo camponês (Sertão de Juazeiro ; Agreste e Cariri da Paraíba) onde coexistem formas de reciprocidade e uma inserção parcial em mercados diversificados. Contradição no caso de sistemas dominados pelo intercâmbio mercantil capitalista : nos perímetros irrigados de Juazeiro vizinhos de Massaroca ou no caso da pressão por resultados de políticas públicas como o P1MC (co-financiado pela federação dos bancos do Brasil).

Por um lado, esses dispositivos poderiam pensar se desenvolver na base de relações de intercâmbio capitalista. Por outro lado, essas formas de organização de proximidade dos rurais, mas também de outros atores, permitem garantir o desenvolvimento de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. As mesmas que conseguiram e conseguem ainda, mesmo se que ignoradas ou mascaradas e apesar da dominação do livre câmbio, a assegurar a sobrevivência material da grande maioria das populações rurais, das modestas ate as mais pobres e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, um mínimo de valores humanos de amizade, de responsabilidade e de confiança.

Na tese que defendemos, esses valores não são dados culturais ou sociais, inseridos nas estruturas simbólicas ou nas representações como o imaginava Polanyi ou Lévi-Strauss. Elas são ao contrário, construídas e reproduzidas pelas relações humanas de reciprocidade.

Um dois aspectos graves da confusão entre as lógicas de reciprocidade e de intercâmbio é precisamente de justificar a mobilização de estruturas sociais produzindo tais valores humanos, para favorecer o desenvolvimento de uma economia de livre câmbio capitalista..

Os principais ensinamentos desse estudo são de duas ordens :

Os dispositivos estudados mostram complementaridades mais ou menos estabilizadas e tensões entre prestações mercantis e não mercantis, que convidam para um aprofundamento da natureza das regras e dos princípios que governam cada uma dessas categorias.

Propomos mobilizar para isto os conceitos de intercâmbio e de reciprocidade que permitem dar conta de uma diferença entre dois princípios econômicos de natureza antagônica, assim como da sua relação dialética.

Esses exemplos oferecem uma alternativa original em termos de instrumentos de política de desenvolvimento rural territorial e de multifuncionalidade da agricultura nos países do Sul fundada no reconhecimento dos dispositivos coletivos dos agricultores assegurando a produção ou a gestão de bens comuns ou públicos.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA P.; CORDEIRO, A.. Sistema de seguridade da semente da paixão. Estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2000, 120p.
- AS-PTA. Gestão comunitária da biodiversidade no nordeste brasileiro. Projeto Crocevia-União Européia, nº 274. Relatório final de atividades. Esperança: Aspta, 1999, 38p
- BARTHELEMY D., La multifonctionnalité agricole comme relation entre fonctions marchandes et non marchandes *Les Cahiers de la multifonctionnalité*, 2, 2003, pp 95-99
- BARTHELEMY D., NIEDDU M., Biens marchands, biens identitaires et multifonctionnalité agricole, Communication au colloque SFER : La multifonctionnalité de l'activité agricole, Paris, 21 e 22 março de 2002.
- CAMPANHOLA, C. Íntegra do discurso de posse do novo presidente da EMBRAPA 24/01/2003- Embrapa- Brasília.
- CARNEIRO M.J.; MALUF R. (eds) "Para além da produção : multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura, Mauad, Rio de Janeiro, Brasil, 2003, 230p
- CARON P., REIG E., ROEP D., HEDIGER W., LE COTTEY T., BARTHÉLEMY D., HADYNSKA A.; HADYNSKI J., OOSTINDIE H.; SABOURIN E. Multifunctionality : Epistemic diversity and concept oriented research clusters, *International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology*, Vol. 7, nº.4/5, 2008 : 301 - 318
- CARON, P., SABOURIN, E (Coord) Paysans du Sertão. Mutations des agricultures familiales dans le Nordeste du Brésil. Cirad, Embrapa, Montpellier, coll. Repères, 2001, 243p
- CHAYANOV, A. L'organisation de l'économie paysanne, Librairie du Regard, Paris, (1925) 1990, 344 p.
- DOUGLAS, M. Comment pensent les institutions. Paris, la Découverte Poche, 2004. 220p.
- DINIZ. P.C.O. *Ação coletiva e convivência com o semi-árido : A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano*. Dissertação de mestrado em sociologia, Campina Grande, UFPB-CH-PPG S, 2002, 112 p
- DUQUE, G. Políticas hídricas: prevenção e assistência no semi-árido. *Raízes* 9, 1995, 147-155
- DUQUE G.; CIRNE M N R. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In Zanoni & Lamarche, Agriculture et ruralité au Brésil un autre modèle de développement, Paris: Karthala, 2001,129-144
- DUQUE, G.; SIDERSKY, P.; OLIVEIRA, M.S.L. Fundos rotativos, organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano: potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade in *XX Reunião Anual da SBSP*, GT 1: Aracaju, 20-22/10/2004
- ELLIS, F. Peasant Economics. Farm households and agrarian development. Cambridge, Inglaterra, The Cambridge University Press, 1988. 309p.
- GARCEZ, A.N. Fundos de Pasto. Um projeto de vida sertanejo. Salvador: INTERBA, CAR,1987,107 p.
- GOVERNO DO BRASIL. MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA. 2005.
- GROUPE POLANYI (coord), La Multifonctionnalité de l'agriculture. Une dialectique entre marché et identité, Paris, Quae Editions, 2008, 361p
- HARDIN G..The tragedy of the Commons. *Science*, 162: 1968, 1243-1248.
- LAURENT, C . Activité Agricole, Multifonctionnalité et Pluriactivité" in *Pour*, dec. 1999, nº 64, p 41.
- LEVI-STRAUSS C *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*, in MAUSS M. Sociologie et Anthropologie, Paris, PUF, [1950] 1977, 482p. (7ème ed).
- MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa in Lima, D.M. e Wilkinson, J. (orgs.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília, CNPq/Paralelo 15, 2002, 301-328.

- MAUSS M. "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, [1924] 1950
- MORMONT M. 1996 Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.
- MORMONT M Scientific communication and sustainable rural development: in *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-5 agosto 2000.
- MOLLE, F. Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e o seu aproveitamento, Coleção Mossoroense, ESAM, Mossoró, Brésil, 1991, 171p.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MRE, BRASIL, Declaração de Brasília "Agricultura Familiar e Negociações Internacionais" 21-08-2003.
- MULTAGRI PROJECT, Synthesis of country reports, Definitions, references and interpretations of the concept of multifunctionality and its contributions to a sustainable development, WP1 Report, Brusselas, EC, 2004, 52 p.
- NORTH, D.C. Marchés et systèmes économiques alternatifs dans l'histoire : le défi de Karl Polanyi. *La Revue du Mauss*, 2e sem, 1977 : 51-64.
- OSTROM, E. Constituting social capital and collective action in *Journal of Theoretical politics* 6 (4): 1994 : 527-562
- OSTROM E. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* 92: 1998 1-22.
- OSTROM V.; OSTROM E, Public goods and public choices. In : *Alternatives for Delivering Public Service : Toward Improved Performance*, E.S. Savas (Ed.), Westview Press, Boulder, Colorado, 1978, pp 7-49.
- POLANYI, K. *La grande transformation : aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, [1944] 1983, 420p.
- POLANYI K.; ARENSBERG C.; PEARSON, H.W.W. *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*, The Free Press, New York, [1957], 1975, 360p.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. In: *Raízes*, 20: 2001. 41-49
- SABOURIN, E. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa em camponeses do Sertão, Caron e Sabourin (coord) Brasília, Embrapa Cirad, 2003, 124-156
- SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7 : 2004, 75-104
- SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, SBS, 1-3 junho 2005
- SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, P.C.G., Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement* n° 42, 1995:5-27
- SABOURIN, E., CARON, P., SILVA, P. C. G. DA, O manejo dos « fundos de pasto » no nordeste baiano : um exemplo de reforma agrária sustentável. In: *Raízes*, 20: 2001. 90-102
- SABOURIN E. ; DJAMA, M. Pratiques paysannes de la multifonctionnalité : Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. *Economie Rurale* 273-274, 2003. pp120-133
- SABOURIN E, COUDEL, E. Multifunctionality of rural spaces and natural resource management: Brazil & France comparison. In: IASCP 2004 International Conference: The Commons in a Age of Global Transition: challenges, risks and opportunities, Oaxaca, Mexico, 9-13/08/, 2004, 12p.
- SABOURIN E, DUQUE G., DINIZ, P C O, OLIVEIRA, M S L, FLORENTINO G L. Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures* 14 (1) 2005: 111-116
- SABOURIN E., SIDERSKY, P., MATOS, L.C., TRIER R. Gestion technique vs gestion sociale de l'eau dans les systèmes d'agriculture familiale du Sertão brésilien, *Sècheresse* ; 13 (4), 2002 : 274-83.
- SABOURIN E, SILVEIRA L, SIDERSKY. P. Production d'innovation en partenariat et agriculteurs expérimentateurs au Nordeste du Brésil, *Cahiers Agricultures* 13 , 2004: 203-210

SIDERSKY, P. SABOURIN E, TONNEAU, JP. How do community social dynamics and different social actors relate to social & technical innovations in Semi-arid Brazil ? in XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norvège, 25-30 julho de 2004, 15p

TEMPLE, D. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109

TEMPLE, D. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2),1998, 234-242,

TEMPLE, D. 2004. Séminaire sur la Réciprocité in : <http://dominique.temple.chez.alice.fr>

TONNEAU, JP; SILVA, P.C. G. da. Massaroca: aprendizagem coletiva e desenvolvimento da Agricultura Familiar no sertão da Bahia. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Vol 22, n°1, 2004